

IV – A luta por um novo marco regulatório



Fernanda: contatos intensos com as autoridades do setor

A carioca Fernanda Antunes Calmon Gomes traz o pioneirismo em seu DNA. Diplomada em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ingressou na Brahma em 1971, como estagiária, e foi efetivada dois anos depois na área de Cargos e Salários. Em 1977, tornou-se a primeira mulher a ocupar um cargo de gerência na tradicional indústria de bebidas. Dedicada, voltou aos bancos acadêmicos para obter uma pós-graduação em Administração de Empresas pelo Instituto de Administração e Gerência da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Acabou novamente promovida: em 1989, recebeu a missão de comandar o Instituto Brahma de Seguridade Social, que, criado em 1980, era um dos mais antigos do setor privado.

O prestígio da nova executiva do setor da previdência complementar fechada não tardou a ultrapassar os limites da sua companhia. Tanto é que ela, novamente pioneira, foi eleita vice-presidente da APEP na gestão encabeçada por Geraldo Garcia, que ditou os rumos da Associação no período de 1996 a 1998. Ao término dessa gestão, Fernanda surgiu como

sucessora natural e consensual de Garcia, que se afastou da Associação por conta de novas funções na IBM. A APEP, pela primeira vez, passava a ser presidida por uma mulher. “A Fernanda era a figura ideal, o nome mais indicado para assumir a presidência”, destaca Garcia. “Foi um processo de sucessão consensual, natural”, emenda Paulo Tolentino, que assumiria a presidência em 2005.

A nova diretoria tinha acabado de tomar posse quando, em 16 de março de 1999, o Executivo federal encaminhou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar nº 10 (PLP-10/99), com o objetivo de regulamentar o artigo 202 da Constituição de 1988. O texto era uma proposta de marco regulatório para a previdência complementar fechada e, como tal, mereceu todas as atenções da cúpula da APEP pelos dois anos seguintes. Fernanda representou a Associação na comissão que discutiu o PLP-10/99 e, em companhia de outros dirigentes, procurou pessoalmente parlamentares para defender os pontos de vista dos patrocinadores do setor privado e de suas entidades fechadas de previdência complementar.

“As gestões da Fernanda foram austeras e focadas em objetivos. Seu papel na consolidação da APEP foi crucial”

Depois de tramitar na Câmara e no Senado, o PLP-10/99 se transformou na Lei Complementar 109/01, sancionada pelo presidente da República em 29 de maio de 2001. Fernanda considera que o trabalho de esclarecimento e convencimento dos legisladores teve saldo positivo na redação final do marco regulatório. “Os pontos de vista dos representantes da previdência complementar fechada tiveram boa acolhida nas duas casas do Congresso. A única frustração foi justamente nas questões da destinação de resultados e do equacionamento de déficits, que só foram regulamentadas pela antiga Secretaria de Previdência Complementar, a SPC, no fim da primeira década do século”, observa.

Reeleita presidente, Fernanda teve o cuidado de manter abertos os canais de comunicação com Brasília. Vez ou outra, desembarcava na capital federal para reuniões com a SPC. No plano interno, tratou de reduzir as despesas da APEP, política que culminou com a transferência da sede da rua Tabapuã, no Itaim Bibi, para o seu endereço atual, na rua Pequetita, Vila Olímpia. Em 2004, o fim de seu segundo mandato coincidiu com o seu desligamento do Instituto Ambev, razão pela qual não pôde seguir na diretoria da Associação. “As gestões da Fernanda foram austeras e focadas em objetivos. Seu papel na consolidação da APEP foi crucial”, comenta Paulo Tolentino.